



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

DELIBERAÇÃO

1- A SOCI - Sociedade de Comunicação Independente, S.A., foi notificada, em 23 de Novembro de 1995, do teor da deliberação aprovada em reunião plenária da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), de 22 do mesmo mês, que considerou procedente uma queixa do ex-Ministro das Finanças Eduardo Catroga contra o semanário "O Independente", propriedade daquela empresa, e determinou a publicação pelo jornal da resposta em causa.

2- Tendo verificado que "O Independente" não deu cumprimento à sua deliberação de 22 de Novembro, a AACS aprovou, em reunião plenária de 20 de Dezembro de 1995, uma nova deliberação em que sublinha a natureza vinculativa da sua primeira deliberação e recomenda o rigoroso cumprimento das normas legais relativas ao direito de resposta.

3- Até 21 de Fevereiro de 1996 não fora divulgada a recomendação proferida pela Alta Autoridade, nem publicada a resposta do queixoso.

Indiciara-se, com isso, uma contra-ordenação, nos termos do artigo 23º, números 1 e 2, da Lei nº 15/90, de 30 de Junho.

4- Já depois de deduzida a acusação no respectivo processo de contra-ordenação, o Director do jornal "O Independente", em carta que dirigiu a esta Alta Autoridade, esclareceu que a não publicação da recomendação da AACS e da resposta de Eduardo Catroga não fora ainda possível "por manifesta falta de espaço no local competente", apesar das instruções do Director do jornal e da Administração da Arguida.

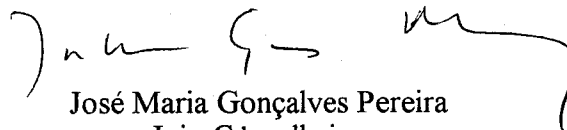
5- A recomendação da AACS e a carta-resposta de Eduardo Catroga viriam a ser publicadas na edição de "O Independente" de 22 de Março.

6- Verifica-se, assim, o cumprimento, embora tardio, da deliberação desta Alta Autoridade e não está preenchido o elemento intelectual integrador da contra-ordenação.

7- Nestes termos, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera arquivar o processo, chamando, no entanto, a atenção de "O Independente" para o atraso na publicação da recomendação e da resposta em causa.

Alta Autoridade para a Comunicação Social,
em 17 de Abril de 1996

O Presidente


José Maria Gonçalves Pereira
Juiz-Conselheiro

JF/CA